



HDI Seguros S.A.

CNPJ nº 29.980.158/0001-57



www.hdi.com.br

Atendendo às disposições legais e regulamentares vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras do Grupo HDI referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. A HDI Seguros integra o Grupo HDI, composto pelas seguradoras HDI Seguros, Yelum Seguros, marca Aliro, Indiana Seguros, Santander Auto e HDI Global Seguros S.A., além da Fácil Assist, empresa de assistência 24h, e da Agrega, destinada à prestação de serviços aos corretores. O Grupo HDI é pertencente ao grupo alemão Talanx, um dos maiores conglomerados seguradores da Europa. O acionista direto da Companhia é a HDI Seguros S.A. **Atuação e estrutura do grupo:** Com mais de 40 anos de presença no Brasil, o Grupo HDI possui forte atuação nos ramos de seguros de automóveis, residenciais e empresariais, buscando constantemente atender às necessidades dos clientes e diversificar sua carteira. O Grupo Talanx, com sede em Hannover, é o terceiro maior grupo segurador da Alemanha, presente em mais de 175 países e com aproximadamente 24 mil colaboradores. **Reorganização societária:** Em 2025, foram realizados movimentos estratégicos para simplificação da estrutura societária e aumento da eficiência operacional: **• 1º de março de 2025:** incorporação da HDI Seguros do Brasil S.A. pela HDI Seguros S.A., sem impacto no capital social, garantindo continuidade operacional e conformidade regulatória. **• 1º de abril de 2025:** reorganização intragrupo, formalizada por Carta de Intenções, resultando na alteração do controle direto da HDI Global Seguros S.A., sem mudança no controlador final, consolidando suas atividades na HDI Seguros S.A. **Resultados e evolução patrimonial:** Em 2025, a HDI Seguros registrou: **• Prêmios emitidos:** R\$ 5,9 bilhões (R\$ 5,6 bilhões em 2024); **• Lucro líquido:** R\$ 971 milhões (R\$ 777 milhões em 2024); **• Ativos totais:** R\$ 13,5 bilhões (R\$ 13,1 bilhões em 2024); **• Reservas técnicas:** R\$ 4,8 bilhões (R\$ 4 bilhões em 2024). Esses resultados refletem estratégias sustentáveis de controle de despesas, melhoria contínua de processos e investimentos em transformação digital, tornando os produtos ainda mais competitivos. **Perspectivas:** A Companhia manterá foco na excelência do atendimento a clientes, corretores, parceiros e colaboradores, fortalecendo sua cultura corporativa e assegurando desempenho consistente das marcas do Grupo. **Política de distribuição de lucros:** É assegurado aos acionistas o pagamento de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, conforme a Lei das Sociedades por Ações. A Companhia tem distribuído valores superiores ao mínimo legal, por meio de juros sobre capital próprio, destinando o saldo remanescente às reservas de lucros para reforço de capital. **Governança corporativa:** Em conformidade com as diretrizes do Grupo Talanx e normas do CNSP e SUSEP, a Companhia mantém estrutura robusta de governança, controles internos e gestão de riscos. O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por profissionais de reconhecida experiência nacional e internacional, assegurando transparência e integridade das informações financeiras. **Cumprimento das Disposições sobre Política de Equidade previstas na Lei nº 15.177/2025:** **Tabela - Política de Equidade (Lei nº 15.177/2025) - Grupo HDI**

Indicador	2025	2024
Mulheres - Líderes	36%	35%
Mulheres - Não Líderes	56%	54%
Executivos - Mulheres	16%	17%
Conselho - Mulheres	17%	14%
Remuneração feminina vs. masculina - Líderes	78%	77%
Remuneração feminina vs. masculina - Não Líderes	79%	81%

Indicadores baseados em salário mediano e remuneração média (fixa, variável e eventual). A metodologia compara grupos amplos sem considerar função específica, área, senioridade ou desempenho, não atendendo aos critérios da Lei 14.611/2023 e do art. 461 da CLT, que exigem comparação por função equivalente ou trabalho de igual valor. **Agradecimentos:** Agradecemos aos clientes, corretores, parceiros de negócio, autoridades reguladoras e colaboradores pelo compromisso e confiança que sustentam o crescimento e a solidez do Grupo HDI. São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2025	2024	PASSIVO	Nota	2025	2024
CIRCULANTE		4.741.271	4.713.748	CIRCULANTE		5.054.399	4.440.333
Disponível.....		38.411	35.970	Contas a pagar	14a	489.319	370.743
Caixa e bancos.....		38.411	35.970	Obrigações a pagar.....		269.588	169.339
Aplicações	5	1.010.255	1.522.523	Impostos e encargos sociais a recolher.....		177.661	161.424
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	2.399.676	2.173.437	Encargos trabalhistas.....		26.549	27.318
Prêmios a receber.....	6	2.295.733	2.057.460	Impostos e contribuições.....		10.541	11.464
Operações com seguradoras.....		16	208	Outras contas a pagar.....		4.980	1.198
Operações com resseguradoras.....		103.927	115.769	Débitos de operações com seguros e resseguros	15	272.858	274.290
Outros créditos operacionais		47.135	28.594	Prêmios a restituir.....		—	2.111
Ativos de resseguros e retrocessão	7	141.207	97.051	Operações com seguradoras.....		232	235
Títulos e créditos a receber		307.493	141.857	Operações com resseguradoras.....		101.859	134.938
Títulos e créditos a receber.....	8.1a	94.898	65.935	Corretores de seguros e resseguros.....		159.145	124.210
Créditos tributários e previdenciários.....	8.2a	201.591	69.298	Outros débitos operacionais.....		11.622	12.796
Outros créditos.....		11.004	6.624	Depósitos de terceiros	16	64.226	26.146
Outros valores e bens	9	127.946	107.667	Depósitos de terceiros.....		64.226	26.146
Bens à venda.....	9b	78.667	64.935	Provisões técnicas - seguros	17	4.212.345	3.759.073
Outros valores.....		49.279	42.732	Danos.....		3.993.783	3.691.828
Despesas antecipadas		8.288	18.126	Pessoas.....		215.851	67.245
Custos de aquisição diferidos	10	660.860	578.523	Pessoas individuais.....		2.711	—
Seguros.....		660.860	578.523	Outros débitos		15.651	10.081
ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.788.161	8.403.246	Passivo de arrendamento.....	9d	8.287	10.081
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.781.260	1.786.241	Débitos diversos.....		7.364	—
Aplicações	5	2.268.256	1.447.354	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.031.723	587.140
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	149	318	Contas a pagar	14	385.017	266.278
Prêmios a receber.....		149	318	Tributos diferidos.....		189.232	94.319
Ativos de resseguros e retrocessão	7	48.327	16.853	Outras contas a pagar.....		195.785	171.959
Títulos e créditos a receber		364.695	292.345	Débitos de operações com seguros e resseguros	15	76	74
Créditos tributários e previdenciários.....	8.2a	344.385	279.791	Corretores de seguros e resseguros.....		76	74
Depósitos judiciais e fiscais.....		20.310	12.554	Provisões técnicas - seguros	17	607.150	278.022
Outros valores e bens	9d	19.004	25.381	Danos.....		478.806	275.822
Despesas antecipadas		116	1.010	Pessoas.....		128.344	2.200
Custos de aquisição diferidos	10	80.713	2.980	Outros débitos	18	29.119	27.101
Seguros.....		80.713	2.980	Provisões judiciais.....		21.293	21.246
INVESTIMENTOS	11	2.432.141	3.757.330	Outros débitos operacionais.....		7.826	5.855
Participações societárias.....		2.432.141	3.757.330	Débitos diversos		10.361	15.665
IMOBILIZADO	12	21.219	26.782	Passivo de arrendamento.....	9d	10.361	15.665
Bens móveis.....		19.598	24.066	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	7.443.310	8.089.521
Outras imobilizações.....		1.621	2.716	Capital social.....		7.075.193	7.434.220
INTANGÍVEL	13	3.553.541	2.832.893	Reservas de lucros.....		426.671	797.541
Agio.....		3.337.646	2.549.291	Ajuste de avaliação patrimonial.....		(58.554)	(142.240)
Outros intangíveis.....		215.895	283.602	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.529.432	13.116.994
TOTAL DO ATIVO		13.529.432	13.116.994				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes com TVM	Lucros acumulados	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.304.624	5.129.305	78.310	403.869	24.444	—	7.940.552
Aumento de capital AGE 20/11/2023 e 23/05/2024.....	5.129.596	(5.129.305)	—	—	—	—	291
Dividendos.....	—	—	—	(109.111)	—	—	(109.111)
Ajuste adoção inicial CPC 48.....	—	—	—	(1.816)	(365)	—	(2.181)
Ajuste ao valor justo das aplicações.....	—	—	—	—	(81.431)	—	(81.431)
Ajuste ao valor justo das aplicações - em controladas.....	—	—	—	—	(84.827)	—	(84.827)
Perdas esperadas de ativos financeiros.....	—	—	—	—	(61)	—	(61)
Lucro líquido do exercício.....	—	—	—	—	—	777.238	777.238
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal.....	—	—	38.862	—	—	(38.862)	—
Reserva de retenção de lucros.....	—	—	—	387.427	—	(387.427)	—
Juros sobre o capital próprio.....	—	—	—	—	—	(350.949)	(350.949)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.434.220	—	117.172	680.369	(142.240)	—	8.089.521
Aumento de capital - AGE 01/04/25 - Portaria DIORE/SUSEP nº 21 de 21/10/25.....	140.973	—	—	—	—	—	140.973
Redução de capital - AGE 04/09/25 - Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2917 de 26/12/25.....	(500.000)	—	—	—	—	—	(500.000)
Dividendos.....	—	—	—	—	—	—	(882.231)
Ajuste ao valor justo das aplicações.....	—	—	—	—	51.519	—	51.519
Ajuste ao valor justo das aplicações - em controladas.....	—	—	—	—	53.215	—	53.215
Perdas esperadas de ativos financeiros.....	—	—	—	—	(21.048)	—	(21.048)
Lucro líquido do exercício.....	—	—	—	—	—	970.506	970.506
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal.....	—	—	48.525	—	—	(48.525)	—
Reserva de retenção de lucros.....	—	—	—	462.836	—	(462.836)	—
Juros sobre o capital próprio.....	—	—	—	—	—	(459.145)	(459.145)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.075.193	—	165.697	260.974	(58.554)	—	7.443.310

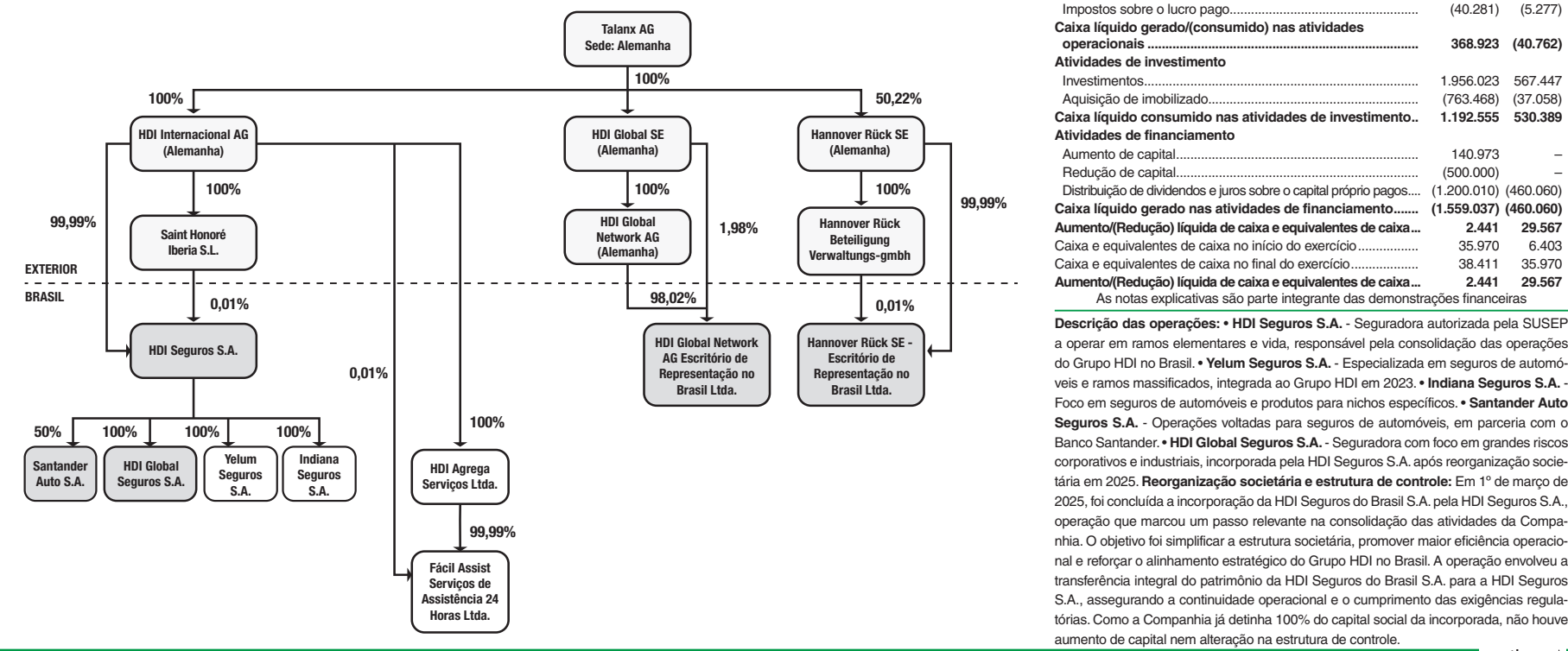
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A HDI Seguros S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros dos ramos elementares e de vida em território nacional. A sede da Companhia está localizada na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 110 - Brooklin Novo, São Paulo - SP. A Companhia integra o Grupo Talanx, conglomerado segurador com sede em Hannover, Alemanha. Sua controladora direta é a HDI International AG e o controlador final é a HDI V.a.G., ambas sediadas na Alemanha.

Quadro-resumo societário - Grupo HDI



continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

Saldos incorporados	01/03/2025	Saldos incorporados	01/03/2025
Ativo	1.167.159	Passivo	1.167.159
Circulante	367.669	Circulante	348.367
Disponível	855	Contas a Pagar	23.297
Aplicações	200.949	Débitos de operações com	
Créditos das operações	44.240	seguros e resseguros	11.512
Títulos e créditos a receber	40.818	Depósitos de terceiros	11.277
Outros valores e bens	26.041	Provisões técnicas - seguros e resseguros	300.792
Custos de aquisição diferidos	43.915	Outros débitos	1.489
Ativo de resseguro e retrocessões diferidos	10.851	Passivo não circulante	298.189
Ativo não Circulante	799.490	Provisões técnicas - seguros e resseguros	290.430
Aplicações	630.386	Outros débitos	7.759
Títulos e créditos a receber	29.646		
Custos de aquisição diferidos	94.436		
Ativo de resseguro e retrocessões	29.151		
Outros valores	3.241		
Imobilizado	2.332		
Intangível	10.298	Patrimônio Líquido	520.603

Reorganização intragrupo e consolidação de atividades: Como parte das iniciativas de reestruturação do Grupo HDI, foi assinada, em 14 de fevereiro de 2025, uma Carta de Intenções (*Letter of Intent*) entre os acionistas da HDI Global Seguros S.A. e a HDI International AG, formalizando a intenção de realizar uma reorganização societária intragrupo, implementada em 1º de abril de 2025. Essa reorganização resultou na alteração do controle direto da HDI Global Seguros S.A., sem mudança no controlador final no exterior. Após o fechamento da operação, todas as atividades da HDI Global Seguros S.A. passaram a ser consolidadas pela HDI Seguros S.A., reforçando a integração operacional e estratégica do Grupo. **Aumento de capital e homologação regulatória:** Em complemento à reorganização, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 2025, o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 140.973, mediante emissão de 7.608 ações ordinárias, subscritas e integralizadas pela acionista HDI International AG, por meio da conferência de ações da HDI Global S.A. à Companhia. A operação encontra-se homologada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (PORTARIA/DIORE/SUSEP nº 21 de 21 de outubro de 2025). Com a conclusão do processo, a Companhia passa a deter 100% do capital social da HDI Global S.A., consolidando sua estrutura de controle e fortalecendo sua posição estratégica no mercado brasileiro.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em atendimento à Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações, bem como aos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pela SUSEP. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2026, e sua aprovação ocorreu pelo Conselho de Administração na mesma data. **2.1 Base para mensuração e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional, utilizando o custo histórico como base, exceto para certos ativos financeiros mensurados ao valor justo. A moeda funcional e de apresentação é o Real (R\$). As informações estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração aplicou estimativas e julgamentos que impactam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores registrados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas podem ser revistas caso ocorram alterações nas circunstâncias que lhes deram origem ou em decorrência de novas informações ou maior experiência, sendo que os efeitos dessas revisões são reconhecidos prospectivamente. As notas explicativas indicadas a seguir apresentam informações sobre julgamentos relevantes na aplicação das políticas contábeis, que possuem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, bem como sobre incertezas relacionadas às estimativas que podem resultar em desfechos significativamente diferentes dos valores contabilizados: • Notas 3.2 e 5 - Instrumentos financeiros (aplicações financeiras); • Notas 3.7 e 13 - Ativo intangível; • Notas 3.8 e 17 - Provisões técnicas; • Notas 3.13 e 18 - Provisões judiciais; e • Nota 8.2 - Créditos tributários e previdenciários. **2.3 Novas normas e interpretações. 2.3.1. Mudanças de políticas contábeis e divulgação adotadas pela Companhia: Alteração na classificação contábil dos prêmios a restituir:** A partir de 1º de janeiro de 2025, conforme determinado pela Circular SUSEP no. 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia passou a contabilizar os Prêmios a Restituir no Grupo Provisões Técnicas - Seguros, até então contabilizados no grupo Outras contas a pagar. O balanço patrimonial de 2024, apresentado para fins de comparação, não foi representado para incorporar tal alteração, conforme determinado pela SUSEP por meio do OFÍCIO CIRCULAR ELETRÔNICO Nº 4/2025/COMOC/CGMOP/DISUP/SUSEP. **2.3.2. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: CPC 50 - Contratos de seguro (IFRS 17):** O Pronunciamento Técnico CPC 50 estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguro emitidos, bem como regras semelhantes para contratos de resseguro mantidos e contratos de investimento com características de participação discricionária. A aplicação do CPC 50 ocorrerá quando referendada pela SUSEP, conforme determinações regulatórias vigentes. **2.3.3. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: Implementação global das regras do modelo "Pilar Dois" da OCDE:** Em dezembro de 2021, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois, que visam reformar a tributação corporativa internacional para garantir que grupos multinacionais paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva calculada nesse modelo é denominada *GloBE effective tax rate*. Essas regras dependem de aprovação pela legislação local de cada país. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, permitindo isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes da implementação do Pilar Dois. No Brasil, a Lei nº 15.079, de 27 de dezembro de 2024, instituiu, a partir de 1º de janeiro de 2025, um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas multinacionais, como parte da adaptação às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras *GloBE*). O objetivo é garantir tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados, alinhando-se ao modelo da OCDE e assegurando que os tributos sejam recolhidos na jurisdição onde os lucros foram gerados. A Companhia realizou o teste de *safe harbor* e não espera aumento da carga tributária no Brasil em decorrência da aplicação das referidas regras. **Normas emitidas pela IFRS® Foundation:** As seguintes alterações foram emitidas pela IFRS® Foundation, mas não estavam em vigor para o exercício de 2025. Ressalta-se que a adoção antecipada não é permitida no Brasil, conforme determinações da SUSEP e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

Norma	Objetivo Principal	Data de Vigência
Melhorias anuais - volume 11 (IFRS 10, IFRS 9, IFRS 11, IFRS 7/IAS 7)	Ajustes pontuais para clareza e consistência em consolidação, instrumentos financeiros e apresentação de fluxos de caixa.	01/01/2026
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7	Revisão na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo contratos vinculados à geração de energia.	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	Substitui parte do IAS 1, trazendo maior comparabilidade e transparência na apresentação das demonstrações de resultado.	01/01/2027 (aplicação retrospectiva)
IFRS 19 - Subsidiárias sem obrigação pública de prestação de contas	Simplificação para subsidiárias que aplicam IFRS sem obrigação pública de prestação de contas.	01/01/2027

A Companhia ainda não concluiu a análise dos impactos da futura adoção dessas normas sobre suas demonstrações financeiras, quando aplicável. **Reforma tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui a Reforma Tributária sobre o consumo, alterando a estrutura de tributos federais, estaduais e municipais, com impactos relevantes para o setor de seguros. A implementação ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma definido pela legislação e regulamentações complementares. As Leis Complementares 214/2025 e 227/2026 definem as regras operacionais, alíquotas e obrigações acessórias aplicáveis ao setor. **Impactos e implementações futuras para seguradoras:** A Reforma implicará ajustes nos processos de apuração, sistemas de faturamento, modelos de precificação e obrigações acessórias, exigindo adequação às novas regras de incidência sobre operações de seguros. **Plano de implementação da companhia:** A Companhia já elaborou seu plano de implantação das alterações necessárias, com base na regulamentação vigente e nos sistemas e modelos disponíveis até a presente data. A Companhia já iniciou estudos para adequação às mudanças previstas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerário disponível em caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras com vencimento original inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição, que apresentam insignificante risco de alteração no valor justo. Esses ativos são utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia e estão registrados na rubrica "caixa e bancos" nas demonstrações financeiras. **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A classificação e mensuração de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*). **Modelo de negócios:** Representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Companhia considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*. **SPPI Test:** Avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado. **i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **ii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Caso o ativo financeiro seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, então tais ativos financeiros são classificados como custo amortizado. Esses ativos são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. **iv. Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado, referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar, fluxo de caixa descontado, ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **v. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** A mensuração da perda de crédito esperada envolve a aplicação de premissas relevantes, tais como: **SPPI test:** O ativo deve inicialmente passar no teste de *Solely Payments of Principal and Interest*, definido na norma CPC 48, e desta forma classificado para contabilização VJORA. O cálculo de perda de crédito esperada não se aplica a ativos que não se adequam aos requerimentos do *SPPI Test* e/ou que não estejam marcados nessa categoria contábil, sendo a deterioração nas condições de crédito destes instrumentos em princípio já automaticamente refletidas em seu preço de mercado. **Prazo:** A Companhia considera o estágio atual de cada instrumento financeiro para a determinação do horizonte relevante para o cálculo de perda de crédito esperada, sendo assim limitado ao prazo total do instrumento financeiro. Desta forma, ativos alocados no primeiro estágio são calculados levando em conta um período de 12 meses (ou até o vencimento do contrato, o que for menor), e ativos classificados no segundo estágio têm como horizonte de cálculo toda a duração esperada do contrato. Todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem. **Informações prospectivas:** O CPC 48 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. A Companhia utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. **Cenários de perda ponderados pela probabilidade:** A Companhia utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada por um horizonte de observação em adequação

as normas que regem o cálculo de perda esperada de crédito. **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** Em cada período das demonstrações financeiras, a Companhia avalia se o risco de crédito sobre cada ativo financeiro aumentou significativamente utilizando *triggers* (indicadores) relativos e absolutos por produto. **Aumento significativo no risco de crédito:** A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: Mudanças significativas no *rating* do emissor do contrato, notícias ou fatos que indiquem deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, eventos econômicos que impliquem no aumento de risco de crédito das contrapartes etc. Como fatores para uma mudança de estágio de ativos, de maneira não-exaustiva, podemos citar: **Estágio 1 para estágio 2:** Uma deterioração de dois *tranches* no *rating* (por exemplo, de AA+, para AA) do emissor do contrato implica na reclassificação do instrumento do estágio 1 para o estágio 2; neste caso a reclassificação de estágio é feita automaticamente. Uma deterioração ainda não refletida no *rating* do emissor (baseado-se em notícias, eventos macroeconômicos que impliquem na deterioração da capacidade do emissor ou demais informações de mercado em geral) também podem definir, de maneira qualitativa após a análise dos responsáveis pela contabilização dos ativos, a alocação para o estágio inferior. **Estágio 2 para estágio 3:** *Default* ou iminência de *default* da contraparte; baseando-se em informações de mercado fornecidas por agências de *rating*, notícias, fatos econômicos relevantes ou demais fontes de informação confiáveis, define-se que uma contraparte está em grave situação de capacidade de pagamento ou que já está em inadimplência com este ou qualquer outro instrumento financeiro na qual é parte obrigada a pagamento. Neste caso a reclassificação é feita após a análise das pessoas responsáveis pela contabilização do instrumento. As condições de subida de estágio são simétricas, isto é, cessadas as condições que implicaram no *dowgrade* do ativo, este deve ser novamente classificado no estágio original superior. **vi. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A estimativa de perdas de crédito esperadas deve sempre refletir a possibilidade de que ocorra a perda de crédito e a possibilidade de que não ocorra nenhuma perda de crédito, mesmo se o resultado mais provável for sem perda de crédito. A evidência de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de seguros diretos, com base na abordagem simplificada em estudo que apura a probabilidade de perda esperada sobre os valores de prêmios a receber e reconhece uma redução ao valor recuperável com resseguradoras com base no modelo de tempo de recuperação pelo valor a recuperar. Portanto, a Companhia apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 366 dias e nestes casos são considerados 100% como *default*. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **vii. Instrumentos financeiros derivativos** A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, destinados exclusivamente ao *hedge* econômico de seus investimentos e operações. Os derivativos são classificados na categoria valor justo por meio do resultado (vide nota 3.2.i). Estas operações são registradas e negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. **3.3 Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguro são apresentados de forma segregada, evidenciando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência desses contratos não exime a Companhia de suas responsabilidades perante os segurados. Ativos de resseguro: compreendem os prêmios de resseguro diferidos e os valores a recuperar relativos às indenizações pendentes de liquidação ou já pagas aos segurados. Passivos de resseguro: incluem os prêmios de resseguro a liquidar, as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos de cessão de riscos, bem como os adiantamentos de sinistros. **3.4 Bens à venda (salvados):** Os salvados são avaliados ao valor justo, deduzido das despesas diretamente relacionadas à venda. O valor justo é determinado com base em valores de mercado (Tabela FIFE) ajustados de acordo com os danos apurados em cada veículo e pelo tempo de permanência no estoque. **3.5 Participações Societárias:** A Companhia detém participações em sociedades, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. **3.6 Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando resultam em benefícios econômicos futuros mensuráveis com confiabilidade. Despesas de reparo e manutenção são reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorrem. A depreciação é calculada pelo método linear e reconhecida no resultado ao longo da vida útil estimada dos bens. **3.7 Ativo intangível: 3.7.1. Agio:** O ágio decorrente de aquisições é registrado como ativo intangível no ativo não circulante, fundamentado na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. Em conformidade com o CPC 15 - Combinação de Negócios e CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, esse ativo não é amortizado para fins contábeis, sendo submetido a teste de recuperabilidade (*impairment*) ao menos uma vez por ano ou sempre que houver indícios de perda. A mais-valia (ajuste a valor justo de ativos e passivos oriundo de combinação de negócios) identificada na aquisição das controladas é amortizada conforme taxas e prazos definidos no documento de Alocação do Preço de Compra (*Purchase Price Allocation - PPA*). **Crítérios para teste de recuperabilidade:** O teste de recuperabilidade é realizado com base no valor em uso, calculado a partir de projeções de fluxos de caixa futuros, alinhadas ao planejamento estratégico aprovado pela Administração. Esses fluxos são descontados a valor presente utilizando taxa de custo de capital adequada, refletindo riscos específicos das operações. As Unidades Geradoras de Caixa (UGC) foram definidas considerando o menor conjunto de ativos e passivos que gera entradas de caixa independentes, abrangendo as operações Auto e Não Auto. **Premissas utilizadas:** Horizonte de projeção: até o final do planejamento estratégico aprovado pela Administração (2026 - 2029). • Perpetuidade: aplicada ao último fluxo projetado, com taxa de crescimento compatível com expectativas de longo prazo. • Taxa de desconto: baseada no custo médio ponderado de capital (WACC), considerando riscos específicos do negócio. • Sensibilidade: foram realizados testes para avaliar impactos de variações nas premissas críticas (taxa de desconto e taxa de crescimento). **Conclusão do teste:** Com base nas análises conduzidas e nos cenários avaliados, não foram identificadas perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) no período. O valor contábil do ágio permanece suportado pelas projeções de geração de caixa. **3.7.2. Outros intangíveis:** São classificados como ativos intangíveis os softwares desenvolvidos internamente, as licenças de uso de softwares de terceiros que não sejam essenciais para o funcionamento dos hardwares, bem como as despesas relacionadas à sua implantação. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo histórico, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida pelo método linear, com base em vida útil estimada, sendo apropriada ao resultado do exercício. **3.8 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21, suas alterações posteriores, e com a Resolução CNSP nº 432/21, observando critérios, parâmetros e fórmulas definidos nas Notas Técnicas Atuariais (NTA). A seguir, descrevem-se as principais provisões: **Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes e Emitidos (PPNG-RVE):** corresponde à parcela da receita a ser apropriada pelo regime de competência, considerando o prazo de cobertura dos riscos assumidos e já emitidos na data-base. É calculada pelo método *pro rata die* sobre o prêmio comercial, incluindo cosseguro aceito, bruto de resseguro e líquido de cosseguro cedido. **Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE):** complementa a PPNG-RVE, abrangendo riscos assumidos cujas apólices ainda não foram emitidas. O cálculo utiliza metodologia baseada em triângulos de *run-off*, considerando o intervalo entre início de vigência e emissão das apólices do histórico de emissões, acrescido das informações conhecidas na data-base. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** refere-se à estimativa de pagamentos para sinistros avisados e pendentes de liquidação, brutos de resseguro e cosseguro aceito e líquidos da recuperação de cosseguro cedido. Os valores são atualizados monetariamente. **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** destinada à cobertura de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. É calculada com base em metodologias atuariais consagradas, incluindo Desenvolvimento de Sinistros Avisados (DFM), Sinistralidade Esperada e Bornhuetter-Ferguson (BF), utilizando triângulos de *run-off*. Para sinistros judiciais, aplica-se desconto financeiro sobre fluxos futuros, utilizando taxas pré-fixadas da Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ). A atualização considera incrementos mensais distintos para carteiras *short tail* e *long tail*. **Ajuste de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER):** realizado de forma agregada para sinistros não pagos, com base em metodologias como Desenvolvimento de Sinistros e Bornhuetter-Ferguson. Aplica-se desconto seguindo o mesmo critério descrito em IBNR. A atualização considera incrementos mensais distintos para carteiras *short tail* e *long tail*. **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** abrange despesas esperadas com sinistros ocorridos, incluindo Despesas Alocáveis (ALAE), Não Alocáveis (ULAE) e sucumbência. • **ALAE e Sucumbência:** Estimadas com base em histórico e triângulos de *run-off*. • **ULAE:** Calculada pela relação entre despesas e indenizações pagas, via teste de consistência. Aplica-se desconto seguindo o mesmo critério descrito em IBNR. A atualização é feita por incremento mensal, com rateio entre ALAE, ULAE e sucumbência. **Estimativa de Salvados e Ressarcimentos:** representa a expectativa de recuperação futura de salvados e ressarcimentos de sinistros não liquidados. O cálculo utiliza metodologias atuariais usuais, com desconto financeiro aplicado sobre fluxos futuros, considerando taxas da ETTJ sobre a parcela judicial. **Política de Atualização e Revisão das Metodologias:** As metodologias utilizadas para constituição das provisões técnicas são periodicamente revisadas e atualizadas, conforme exigências regulatórias, evolução da carteira, disponibilidade de novas informações e melhores práticas atuariais. Essas revisões são formalizadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA), garantindo aderência às normas da SUSEP e à Resolução CNSP nº 432/21. **3.9 Teste de adequação dos passivos (TAP):** Em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, a Companhia realiza o teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendem à definição de contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base. Os contratos são agrupados por ramos, conforme a Circular SUSEP nº 682/22, considerando a homogeneidade de riscos. O teste consiste na comparação entre o valor contábil das provisões técnicas e a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes, trazidos a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETTJ), opção prefixada, conforme determinações da SUSEP. Os fluxos incluem sinistros ocorridos (avisados e não avisados), sinistros a ocorrer, despesas administrativas, impostos e recuperações, considerando premissas atuariais fundamentadas em histórico contábil e expectativas de evolução da carteira. Caso seja identificada insuficiência, a Companhia reconhece imediatamente a perda no resultado do período, mediante constituição de provisões adicionais aos passivos de seguros. A referida iniciativa somente deve ser contabilizada se apurada no total, ou seja, considerando a soma de todos os agrupamentos. Para a data-base de 31 de dezembro de 2025, do TAP não indicou necessidade de ajuste nas provisões técnicas. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade por agrupamento de ramos, baseada em série histórica de até 60 meses, resultando em sinistralidade global de 61,06%. O resultado do TAP de prêmios não registrados foi apurado pela diferença entre os prêmios futuros estimados e os sinistros a ocorrer, acrescidos das respectivas despesas, deduzidos dos custos de aquisição e cancelamento. O resultado consolidado do TAP está apresentado abaixo.

Prêmios registrados:	Provisões contabilizadas	Fluxo Realista	Suficiência
Grupo de ramo			
Automóvel	1.901.539	1.425.834	(475.705)
Patrimonial	320.039	220.999	(99.040)
Rural	47.291	31.250	(16.041)
Transporte	5.753	3.047	(2.705)
Responsabilidades	19.197	7.851	(11.346)
Pessoas Coletivo	71.674	65.156	(6.518)
Pessoas Individual	12.553	5.894	(6.659)
Habitacional	18	—	(18)
Total	2.378.064	1.760.031	(618.032)
Prêmios não registrados:			
Grupo de ramo	Fluxo de caixa Estimado - Consolidado		
Patrimonial			8.971
Transporte			881
Pessoas Coletivo			24.543
Pessoas Individual			7.530
Habitacional			2.715
Total			44.640

Política de Atualização e Revisão das Metodologias: As metodologias utilizadas no TAP são revisadas periodicamente, considerando exigências regulatórias, evolução da carteira, disponibilidade de novas informações e melhores práticas atuariais. **3.10 Passivos financeiros:** Os passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos decorrentes de operações de seguros e resseguros e depósitos de terceiros. Esses passivos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando aplicável. As obrigações são baixadas quando liquidadas ou quando não houver expectativa de saída futura de recursos para sua quitação. **3.11 Benefícios a empregados:** Os benefícios concedidos aos empregados são registrados no grupo de Despesas Administrativas, sob a rubrica Despesas com Pessoal, conforme as seguintes técnicas de mensuração: • Benefícios de curto prazo e por desligamento são mensurados pelo valor não descontado que se espera pagar quando a obrigação é liquidada. • Planos de contribuição definida são reconhecidos pelo valor das contribuições devidas no período. A Companhia não concede benefícios pós-emprego definidos nem planos de remuneração baseados em ações. **3.12 Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20 mil por mês. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com Imposto de Renda e CSLL compreende os valores reconhecidos no resultado, exceto quando relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. • **Imposto corrente:** corresponde ao valor a pagar sobre o lucro tributável, calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. • **Imposto diferido:** reconhecido sobre diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais. Um ativo de imposto diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporárias quando for provável a existência de lucros futuros tributáveis suficientes para sua realização. Esses ativos são revisados a cada data de balanço e desreconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam sua utilização. **3.13 Provisões judiciais:** As provisões são constituídas pelo valor estimado dos desembolsos relacionados a ações judiciais em curso cuja probabilidade de desembolso futuro seja considerada provável, conforme avaliação da Administração e dos assessores jurídicos. Contingências ativas não são reconhecidas até que haja decisão favorável definitiva ou celebração de acordo. **3.14 Classificação dos contratos de seguro:** São classificados como contratos de seguro aqueles em que a Companhia assume risco de seguro significativo do segurado, comprometendo-se a indenizá-lo caso ocorra



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

c. Taxa de juros contratada:

Título	Categoria	31/12/2025		31/12/2024	
		Taxa de juros contratada (média)	Valor contábil	Taxa de juros contratada (média)	Valor contábil
Certificado de cédula de crédito bancário (PRÉ).....	Título de renda fixa privado	0,00%	—	14,98%	3.979
Certificados de depósitos bancários (% CDI)	Título de renda fixa privado	111,21%	3.219	100,00%	64.659
Certificados de depósitos bancários (CDI +).....	Título de renda fixa privado	0,37%	39.438	1,69%	116
Certificados de depósitos bancários (PRÉ).....	Título de renda fixa privado	15,33%	59.211	14,82%	259
Debêntures (IPCA+)	Título de renda fixa privado	0,35%	2.917	1,30%	4.698
Depósito a Prazo com Garantias Especiais (DPGE)	Título de renda fixa privado	0,00%	—	1,24%	17.568
Letras do tesouro nacional.....	Título de renda fixa público	12,75%	36.920	11,92%	783.168
Letras financeiras (CDI +)	Título de renda fixa privado	0,60%	89.243	2,20%	490
Letras financeiras (IPCA+).....	Título de renda fixa privado	8,35%	35.952	6,79%	4.678
Letras financeiras (PRE).....	Título de renda fixa privado	16,15%	90.030	12,67%	83.961
Letras financeiras do tesouro.....	Título de renda fixa privado	Selic	1.190.061	Selic	329.818
Notas do tesouro nacional (Série B).....	Título de renda fixa público	7,00%	459.765	5,66%	499.424
Notas do tesouro nacional (Série C).....	Título de renda fixa público	5,60%	84.761	5,60%	91.485
Notas do tesouro nacional (Série F).....	Título de renda fixa público	12,58%	451.880	12,58%	413.986
Certificado de depósito bancário em moeda estrangeira (PRÉ).....	Título de renda fixa privado	4,57%	13.573	75,70%	11.081

d. Desempenho das aplicações financeiras: A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global das aplicações financeiras atingiu 9,64% no acumulado de 2025 (8,9% no acumulado em 2024), representando 67,35% do CDI que foi de 14,31% no mesmo período (82,59% do CDI que foi de 10,78% em 2024).

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a. Composição

Composição de créditos sobre operações de seguros:

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios a receber de segurados.....	2.329.647	2.080.090
Operações com seguradoras.....	961	1.471
Operações com resseguradoras.....	104.328	115.925
Provisão para redução ao valor recuperável:		
Prêmios a receber de segurados.....	(33.765)	(22.312)
Operações com seguradoras.....	(945)	(1.263)
Operações com resseguradoras.....	(401)	(156)
Total.....	2.399.825	2.173.755
Ativo Circulante.....	2.399.825	2.173.437
Ativo não Circulante.....	149	318

b. Prêmios a receber de segurados por vencimento

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios a vencer.....	2.099.173	1.874.319
De 1 a 30 dias + RVNE ⁽¹⁾	484.176	472.068
De 31 a 60 dias.....	378.115	363.499
De 61 a 120 dias.....	556.030	510.827
De 121 a 180 dias.....	358.712	306.184
De 181 a 365 dias.....	321.991	221.423
Superior a 365 dias.....	149	318

7. ATIVOS DE RESSEGUROS E RETROCESSÃO

a. Ativos de resseguros e retrocessões - provisões técnicas

Ramo	Ativos de resseguro			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Patrimonial.....	53.420	53.065	554	850
Rural.....	8.933	10.656	87	367
Responsabilidades.....	2.834	2.629	29	45
Transportes.....	2.140	1.079	—	—
Demais ramos.....	—	160	—	11
Total.....	67.327	67.589	670	1.273
Ativo Circulante.....				
Ativo não Circulante.....				

b. Demonstração do percentual ressegurado

Ramo	Prêmio emitidos líquidos de cosseguro		Prêmios cedidos em resseguro líquido de recuperação de comissões		% Ressegurado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Automóvel.....	4.443.147	4.345.144	19.425	15.078	0%	0%
Patrimonial.....	846.386	763.948	170.190	150.085	20%	20%
Rural.....	112.184	157.613	34.464	40.210	31%	26%
Transportes.....	62.223	109.996	4.318	3.646	7%	3%
Demais ramos.....	404.415	184.632	19.480	8.644	5%	4%
Total.....	5.868.355	5.561.333	247.877	217.663	4%	4%

Discriminação por resseguradora dos prêmios cedidos em resseguro líquido de recuperação de comissões.

Ressegurador	Classe	Categoria de Risco	Prêmio cedido		% cedido	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Austral Resseguradora S.A.....	Local	Sem Rating	15.823	12.957	6,38%	5,95%
Axa XI Resseguros S.A.....	Local	Sem Rating	307	603	0,12%	0,28%
IRB Brasil Resseguros S/A.....	Local	Sem Rating	48.449	42.299	19,55%	19,43%
Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros...	Local	Sem Rating	35.676	97.037	14,39%	44,58%
Munich Re Do Brasil Resseguradora S.A.....	Local	Sem Rating	33.113	30.214	13,36%	13,88%
Scor Brasil Resseguros S.A.....	Local	Sem Rating	49	32	0,02%	0,01%
Swiss Re Brasil Resseguros S/A.....	Local	Sem Rating	8.778	10.623	3,54%	4,88%
Total resseguradoras - Local.....			142.195	193.765		
Everest Reinsurance Company.....	Admitida	AA-	2.470	66	1,00%	0,03%
Hannover Rück Se.....	Admitida	AA	4.631	2.754	1,87%	1,27%
Lloyd's.....	Admitida	A	15	—	0,01%	0,00%
Odyssey Reinsurance Company.....	Admitida	A	(4)	—	0,00%	0,00%
Scor Reinsurance Company.....	Admitida	A+	7	27	0,00%	0,01%
Transatlantic Reinsurance Company.....	Admitida	AAA	(166)	13.760	-0,07%	6,32%
Swiss Reinsurance America Corporation.....	Admitida	AA	28	291	0,01%	0,13%
Swiss Reinsurance Company.....	Admitida	AA	1.474	—	0,59%	0,00%
Total resseguradoras - Admitida.....			8.455	16.898		
Aspen Insurance UK Limited.....	Eventual	A	11	31	0,00%	0,01%
Lloyd's.....	Eventual	AA-	685	664	0,28%	0,31%
Ms Amlin AG.....	Eventual	AA	21	1	0,01%	0,01%
Odyssey Reinsurance Company.....	Eventual	AA	36	2.859	0,01%	1,31%
R+v Versicherung AG.....	Eventual	A+	(2)	1	0,00%	0,01%
Transatlantic Reinsurance Company.....	Eventual	AAA	17.501	2.369	7,06%	1,09%
Validus Reinsurance (Switzerland), Ltd.....	Eventual	A+	(83)	1.075	-0,03%	0,49%
Renaissancere Europe Ag.....	Eventual	AA	3.538	—	1,43%	0,01%
Talanx Ag.....	Eventual	AAA	75.529	—	30,47%	1,09%
Navigators Insurance Company.....	Eventual	AA	(17)	—	-0,01%	0,49%
Reaseguradora Patria S.A.....	Eventual	BBB+	8	—	0,00%	0,00%
Total resseguradoras - Eventual.....			97.227	7.000		
Total.....			247.877	217.663	100%	102%

8. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

8.1 Títulos e créditos a receber

a. Títulos e créditos a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Composição		
Ressarcimentos a receber.....	37.031	26.334
Ressarcimentos a receber estimados.....	33.246	26.016
Intercompany.....	19.850	8.485
Créditos a receber.....	4.771	5.100
Total.....	94.898	65.935

Ressarcimentos a receber estimados

Prazo	31/12/2025			31/12/2024		
	Expectativa de realização ⁽¹⁾	Desenvolvimento das Efetivas Realizações ⁽²⁾	Aging ⁽³⁾	Expectativa de realização ⁽¹⁾	Desenvolvimento das Efetivas Realizações ⁽²⁾	Aging ⁽³⁾
1 mês.....	—	—	5.094	—	—	2.522
2 meses.....	215	307	2.510	129	350	1.839
3 meses.....	228	875	2.411	226	390	2.411
4 meses.....	518	735	2.612	317	839	1.493
5 meses.....	473	1.318	1.906	385	828	1.490
6 meses.....	501	1.187	1.982	591	884	1.191
7 meses.....	481	1.222	1.481	607	847	1.192
8 meses.....	532	1.080	1.569	558	945	720
9 meses.....	490	1.523	1.039	537	855	1.081
10 meses.....	581	1.481	2.692	667	980	758
11 meses.....	667	1.951	733	690	1.131	660
12 meses.....	754	1.568	548	667	1.269	570
13 - 18 meses.....	3.674	7.160	3.520	3.079	5.056	3.442
19 - 24 meses.....	4.041	6.453	2.369	3.039	3.341	2.074
25 - 30 meses.....	3.824	4.025	3.563	2.858	2.843	982
31 - 36 meses.....	2.774	3.857	948	1.839	1.510	335
37 - 42 meses.....	2.133	2.709	436	1.468	1.289	254
43 - 48 meses.....	1.766	2.010	141	1.569	1.096	90
49 - 54 meses.....	1.387	1.965	232	956	599	47
55 - 60 meses.....	1.266	1.755	103	853	765	69
61 - 66 meses.....	1.082	1.278	24	768	771	22
67 - 72 meses.....	819	808	31	646	715	51
73 - 78 meses.....	1.322	1.931	1	711	706	16
79 - 84 meses.....	395	455	—	429	241	16
85 - 90 meses.....	685	599	9	682	625	13
91 - 96 meses.....	697	921	9	537	495	10
97 - 102 meses.....	525	627	15	424	427	—
103 - 108 meses.....	686	457	—	632	821	—
109 - 114 meses.....	368	467	—	130	224	11
115 - 120 meses.....	270	549	—	22	33	—
121 - 126 meses.....	83	168	—	—	—	51
127 - 132 meses.....	9	19	—	—	—	—
133 - 138 meses.....	—	—	4	—	—	—
151 - 156 meses.....	—	—	2	—	—	—
Total automóvel.....	33.246	51.460	35.984	26.016	30.875	23.410
Demais ramos.....	—	685	1.047	—	5.122	2.924
Total.....	33.246	52.145	37.031	26.016	35.997	26.334

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios vencidos.....	230.474	205.771
De 1 a 30 dias.....	198.296	193.466
De 31 a 60 dias.....	2.149	5.332
De 61 a 120 dias.....	6.132	1.473
De 121 a 180 dias.....	4.578	565
De 181 a 365 dias.....	11.832	967
Superior a 365 dias.....	7.487	3.968
Total.....	2.329.647	2.080.090
Provisão para redução ao valor recuperável.....	(33.765)	(22.312)
Total de prêmios a receber de segurados.....	2.295.882	2.057.778
Ativo circulante.....	2.295.733	2.057.460
Ativo não circulante.....	149	318

⁽¹⁾ O saldo de RVNE no montante de R\$43.367 (R\$39.384 em 2024) foi alocado na coluna "A vencer - 1 a 30 dias". Os prêmios de cosseguro aceito vencidos não constam no quadro acima e correspondem a um total de R\$734.

c. Movimentação dos prêmios a receber de segurados

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício.....	2.057.778	1.578.667
Prêmios de seguros diretos.....	5.937.033	5.601.043
Prêmios de cosseguros aceitos.....	6.460	19.443
Prêmios de riscos vigentes e não emitidos.....	709	11.792
IOF sobre prêmios diretos.....	509.555	395.713
IOF sobre prêmios diretos recebidos.....	(354.224)	(363.096)
Oscilação cambial.....	(378)	—
Recebimentos.....	(5.849.598)	(5.172.695)
Provisão para redução ao valor recuperável.....	(11.453)	(13.089)
Ajuste adoção inicial CPC 48.....	—	(1.033)
Constituições.....	(13.170)	(15.419)
(-) Reversões.....	1.717	3.363
Saldo no final do exercício.....	2.295.882	2.057.778

d. Prêmios a receber de segurados por segmento

	31/12/2025	31/12/2024	Prazo médio de parcelamento
Automóvel.....	1.904.535	1.729.259	9 meses
Patrimonial.....	255.115	242.162	7 meses
Demais ramos.....	169.997	108.669	7 meses
Subtotal.....	2.329.647	2.080.090	
(-) Redução ao valor recuperável.....	(33.765)	(22.312)	
Total.....	2.295.882	2.057.778	
Ativo circulante.....	2.295.733	2.057.460	
Ativo não circulante.....	149	318	

⁽¹⁾ Refere-se a expectativa de prazo para realização dos ativos de direitos a ressarcimentos estimados reconhecidos no ativo na data-base, onde a realização refere-se ao tempo entre a liquidação do sinistro e a recuperação do ressarcimento. ⁽²⁾ Refere-se ao desenvolvimento das efetivas realizações dos ativos de direitos a ressarcimentos reconhecidos no ativo no ano anterior à data-base, onde a realização refere-se ao tempo entre a liquidação do sinistro e a recuperação do ressarcimento. ⁽³⁾ Refere-se ao detalhamento dos saldos de ressarcimentos a recuperar na data-base, considerando os prazos de permanência na conta.

8.2 Créditos tributários e previdenciários

a. Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos diferidos sobre:		
Créditos de IRPJ/CSLL s/prejuízos fiscais e bases de cálculos negativas.....	145.277	144.828
Créditos de IRPJ/CSLL s/diferenças temporárias.....	99.167	70.646
Créditos de IRPJ/CSLL s/Mais Valia.....	31.490	—
Créditos de IRPJ/CSLL a compensar.....	164.462	68.061
Créditos de IRPJ/CSLL s/ajuste a valor de mercado.....	17.258	38.305
Créditos tributários de PIS e COFINS ⁽¹⁾	51.193	26.012
PIS e COFINS a recuperar.....	35.892	—
Outros créditos tributários.....	1.237	1.237
Total.....	545.976	349.089
Ativo circulante.....	201.591	69.298
Ativo não circulante.....	344.385	279.791

⁽¹⁾ Créditos tributários sobre a provisão de sinistros a liquidar.

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

Período	31/12/2025			31/12/2024		
	Expectativa de realização ⁽¹⁾	Desenvolvimento das efetivas realizações ⁽²⁾	Expectativa de realização ⁽³⁾	Expectativa de realização ⁽¹⁾	Desenvolvimento das efetivas realizações ⁽²⁾	Expectativa de realização ⁽³⁾
	<i>Aging</i>			<i>Aging</i>		
55 - 60 meses.....	772	567	—	1.023	728	—
61 - 66 meses.....	560	502	1	750	497	1
67 - 72 meses.....	249	220	—	600	303	—
73 - 78 meses.....	318	143	1	493	294	—
79 - 84 meses.....	234	16	1	540	479	—
85 - 90 meses.....	175	227	—	306	158	—
91 - 96 meses.....	180	181	1	282	152	—
97 - 102 meses.....	215	138	1	173	153	—
103 - 108 meses.....	176	223	—	137	36	—
109 - 114 meses.....	80	111	1	39	43	—
115 - 120 meses.....	281	163	10	92	144	—
121 - 126 meses.....	156	193	16	81	81	—
127 - 132 meses.....	128	50	7	83	144	—
133 - 138 meses.....	—	—	—	47	—	—
139 - 144 meses.....	22	8	—	40	50	—
145 - 150 meses.....	12	—	—	41	33	—
151 - 156 meses.....	16	12	—	2	4	—
157 - 162 meses.....	41	27	—	3	—	—
163 - 168 meses.....	43	48	—	—	—	—
169 - 174 meses.....	—	3	—	7	—	—
175 - 180 meses.....	—	8	—	—	—	—
181 - 186 meses.....	—	8	—	—	—	—
199 - 204 meses.....	—	—	—	3	5	—
205 - 210 meses.....	—	—	—	3	6	—
Total automóvel.....	51.052	92.545	80.376	42.505	65.281	68.024
Demais Ramos.....	—	—	188	—	—	188
Despesas com salvados à venda.....	—	—	(1.897)	—	—	(3.277)
Total.....	51.052	92.545	78.667	42.505	65.281	64.935

⁽¹⁾ Refere-se a expectativa de prazo para realização dos ativos de direitos a salvados estimados reconhecidos no ativo na data-base, onde a realização refere-se ao tempo entre a liquidação do sinistro e a venda do salvado. ⁽²⁾ Refere-se ao desenvolvimento das efetivas realizações dos ativos de direitos a salvados reconhecidos no ativo no ano anterior à data-base, onde a realização refere-se ao tempo entre a liquidação do sinistro e a venda do salvado. ⁽³⁾ Refere-se ao detalhamento dos saldos de salvados à venda na data-base, considerando os prazos de permanência na conta.

d. Composição dos ativos e passivos de arrendamentos

31/12/2025				31/12/2024				
	Ativos de direito de uso		Passivos de arrendamentos		Ativos de direito de uso		Passivos de arrendamentos	
	Depreciação				Depreciação			
	Custo	acumulada	Total	Total	Custo	acumulada	Total	
Imóveis.....	116.886	(101.222)	15.664	15.241	Imóveis.....	111.424	(92.022) 19.402	19.608
Veículos.....	28.231	(24.891)	3.340	3.407	Veículos.....	28.231	(22.252) 5.979	6.138
Total.....	145.117	(126.113)	19.004	18.648	Total.....	139.655	(114.274) 25.381	25.746
Circulante			—	8.287	Circulante		—	10.081
Não Circulante			19.004	10.361	Não Circulante		25.381	15.665

e. Movimentação dos ativos e passivos de arrendamentos

Ativos de direito de uso				Passivos de arrendamentos					
	Imóveis	Veículos	Total		Imóveis	Veículos	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	19.402	5.979	25.381	Saldo em 31 de dezembro de 2024	19.608	6.138	25.746		
Remensurações e adições.....	5.462	—	5.462	Remensurações e adições.....	3.166	—	3.166		
Depreciação.....	(9.200)	(2.639)	(11.839)	Pagamentos.....	(8.937)	(2.974)	(11.911)		
				Juros apropriados.....	1.404	243	1.647		
Saldo em 31 de dezembro de 2025	15.664	3.340	19.004	Saldo em 31 de dezembro de 2025	15.241	3.407	18.648		
f. Passivos de arrendamentos por vencimento									
				31/12/2025			31/12/2024		
				Imóveis	Veículos	Total	Imóveis	Veículos	Total
até 1 ano				5.939	2.348	8.287	6.721	3.360	10.081
de 1 até 3 anos.....				9.302	1.059	10.361	8.437	2.778	11.215
de 3 até 5 anos.....				—	—	—	4.450	—	4.450
Total.....				15.241	3.407	18.648	19.608	6.138	25.746

10. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição diferidos são compostos por comissões de corretagem, agenciamento, representantes de seguros e outros custos de aquisição que apresentam relação direta com contratos de seguro, e apresentam a seguinte composição.

a. Composição

		31/12/2025	31/12/2024
Automóvel.....		455.837	424.653
Patrimonial.....		127.235	117.662
Rural.....		15.735	19.492
Transportes.....		1.804	1.620
Demais.....		140.962	18.076
Total.....		741.573	581.503
Ativo circulante.....		660.860	578.523
Ativo não circulante.....		80.713	2.980

Os custos de aquisição são compostos por comissões, agenciamentos e vistorias prévias relativos a comercialização de planos de seguros. Os critérios de diferimento estão descritos na nota 3.15 e o prazo médio de apropriação é de 12 meses.

b. Movimentação

	31/12/2025				31/12/2024			
	Comissões s/prêmios de RVNE	Outros custos de aquisição	Total	Comissões s/prêmios de RVNE	Outros custos de aquisição	Total		
Saldo no início do exercício..	562.365	8.143	10.995	581.503	397.451	5.457	9.677	412.585
Constituições	1.263.767	5.167	49.599	1.318.533	1.096.756	6.342	4.183	1.107.281
Reversões/Baixas/Cancelamentos	(1.146.598)	(5.257)	(6.608)	(1.158.463)	(931.842)	(3.656)	(2.865)	(938.363)
Saldo no final do exercício....	679.534	8.053	53.986	741.573	562.365	8.143	10.995	581.503
Ativo circulante			660.860					578.523
Ativo não circulante			80.713					2.980

11. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

a. Composição das participações societárias

31/12/2025				31/12/2024			
Participação %	Valor contábil	Valor contábil		Participação %	Valor contábil	Valor contábil	
Santander Auto S.A.....	50,00	56.744	56.407				
Yelum Seguros S.A.....	100,00	1.866.815	2.000.041				
Indiana Seguros S.A.....	100,00	334.052	384.972				
HDI Global Seguros S.A.....	100,00	174.530	—				
HDI do Brasil Seguros S.A.....	100,00	—	1.315.910				
Participação societária.....	—	—	508.268				
Ajustes de mais-valia.....	—	—	19.016				
Ágio (vide nota 3.5).....	—	—	788.626				
Total.....	2.432.141	3.757.330					

b. Movimentação das participações societárias

	31/12/2025					
	Santander Auto S.A.	HDI do Brasil Seguros S.A.	Yelum Seguros S.A.	Indiana Seguros S.A.	HDI Global S.A.	Total
Saldo no início do exercício.....	56.407	1.315.910	2.000.041	384.972	—	3.757.330
Incorporação HDI do Brasil Seguros S.A.....	—	(1.309.229)	—	—	—	(1.309.229)
Reconhecimento inicial da participação - HDI Global S.A.....	—	—	—	—	140.973	140.973
Resultado de equivalência patrimonial.....	36.521	11.997	484.234	47.894	56.372	637.018
Ajuste a valor justo de aplicações financeiras....	1	338	42.043	6.638	4.194	53.214
Juros sobre capital próprio.....	(4.882)	—	(179.503)	(34.452)	(12.680)	(231.517)
Dividendos do exercício.....	(31.303)	—	(480.000)	(71.000)	(14.329)	(596.632)
Amortização da mais-valia de ativos e passivos.....	—	(17.138)	—	—	—	(17.138)
Desenvolvimento do valor de negócio adquirido (VOBA).....	—	(2.486)	—	—	—	(2.486)
Imposto diferido sobre amortização dos ajustes de mais-valia e desenvolvimento do VOBA.....	—	608	—	—	—	608
Saldo no final do exercício.....	56.744	—	1.866.815	334.052	174.530	2.432.141

12. ATIVO IMOBILIZADO

a. Composição e movimentação do imobilizado

31/12/2025							
Composição	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	31/12/2025	Custo	Depreciação
Equipamentos.....	12.195	1.830	(10)	(5.029)	8.986	72.276	(63.292)
Móveis, máquinas e utensílios.....	8.820	2.183	(313)	(2.473)	8.217	22.764	(14.544)
Veículos.....	3.051	900	(666)	(504)	2.781	3.954	(1.174)
Total de bens móveis..	24.066	4.913	(989)	(8.006)	19.984	98.994	(79.010)
Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	2.716	1.400	(306)	(2.575)	1.235	22.298	(21.063)
Total de outras imobilizações.....	2.716	1.400	(306)	(2.575)	1.235	22.298	(21.063)
Total.....	26.782	6.313	(1.295)	(10.581)	21.219	121.292	(100.073)

13. INTANGÍVEL

a. Composição e movimentação do intangível

31/12/2025							
Composição	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Despesas de amortização	31/12/2025	Custo	Amortização
Participações acionárias no país - ágio ⁽¹⁾	2.549.291	788.626	(271)	—	3.337.646	3.376.168	(38.522)
Outros intangíveis.....	283.602	13.008	234	(80.949)	215.895	561.367	(345.472)
Desenvolvimento de sistemas.....	101.927	13.008	234	(38.372)	76.797	258.117	(181.319)
Ajuste de mais valia de ativos e passivos.....	181.675	—	—	(42.577)	139.098	303.250	(164.153)
Total.....	2.832.893	801.634	(37)	(80.949)	3.553.541	3.937.535	(383.994)

⁽¹⁾ Aquisição proveniente da incorporação mencionada na nota 11.

14. CONTAS A PAGAR

a. Composição

31/12/2025			31/12/2024		
Obrigações a pagar.....	269.588	169.339			
Honorários e remunerações a pagar.....	77.691	83.435			
Fornecedores.....	105.911	77.908			
Partes relacionadas (21.a).....	80.093	—			
Outros.....	5.893	7.996			
Impostos e encargos sociais a recolher.....	177.661	161.424			
Imposto de renda retido na fonte.....	4.582	5.209			
Imposto sobre serviços.....	5.916	5.140			
IOF sobre prêmio de seguro.....	156.435	140.344			
Contribuições previdenciárias.....	3.592	8.493			
Outros.....	7.136	2.238			
Encargos trabalhistas.....	26.549	27.318			
Impostos e contribuições.....	10.541	11.464			
COFINS.....	8.910	9.862			
PIS.....	1.631	1.602			
Outras contas a pagar.....	200.765	173.157			
Escrow account ⁽¹⁾	195.785	171.937			
Outros.....	4.980	1.220			
Tributos diferidos líquido (14b).....	189.232	94.319			
Total.....	874.336	637.021			
Passivo Circulante.....	489.319	370.743			
Passivo não Circulante.....	385.017	266.278			

⁽¹⁾ Refere-se ao montante retido na aquisição da HDI Seguros do Brasil S.A. do preço de compra para criação do fundo exclusivo do valor retido, cujo intuito é para coberturas de reservas judiciais ou deverá ser pago ao vendedor no 5º aniversário da data de closing, dos dois o que ocorrer primeiro.

b. Tributos diferidos

Tributos diferidos sobre:		31/12/2025	31/12/2024
Créditos tributários sobre diferenças temporárias.....		99.167	70.646
Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativa.....		145.277	144.828
Ajustes ao valor justo dos ativos disponíveis para venda.....		17.258	38.305
Total dos ativos fiscais diferidos (a).....		261.702	253.779
Tributos diferidos sobre a amortização do ágio de 2009 a 2015 ⁽¹⁾ e ágio YLM Holding Brasil Ltda.....		189.232	94.319
Total dos passivos fiscais diferidos (b).....		189.232	94.319
Total de tributos diferidos líquido (a-b).....		72.470	159.460

⁽¹⁾ Em atendimento ao requerido no CPC 32, a Companhia constituiu provisão de tributos diferidos sobre o montante do ágio amortizado fiscalmente.

15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

31/12/2025		31/12/2024	
Prêmios a restituir.....	—	2.111	—
Operações com seguradoras.....	232	235	—
Operações com resseguradoras.....	101.859	134.938	—
Corretores de seguros e resseguros.....	159.221	124.284	—
Outros débitos.....	11.622	12.796	—
Total.....	272.934	274.364	—
Passivo circulante.....	272.858	274.290	—
Passivo não circulante.....	76	74	—

16. DEPÓSITO DE TERCEIROS

Composição por data de recebimento		31/12/2025	31/12/2024
0 - 3 meses.....		18.647	24.421
4 - 6 meses.....		9.682	1.725
9 - 12 meses.....		35.897	—
Total.....		64.226	26.146

17. PROVISÕES TÉCNICAS

a. Composição

31/12/2025				31/12/2024			
Composição	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

d. Garantia das provisões técnicas

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões técnicas.....	4.819.495	4.037.095
Ativos de resseguros redutores de:		
Provisão de sinistros a liquidar.....	(82.897)	(33.006)
Provisão de despesas relacionadas.....	(8.461)	(3.176)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	(9.014)	(5.469)
Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados.....	(21.168)	(3.391)
Direitos creditórios.....	(1.887.818)	(1.687.060)
Custos de aquisição diferidos redutores.....	(345.326)	(363.348)
Depósitos judiciais redutores.....	—	(3.496)
Total a ser coberto (a).....	2.464.811	1.938.149
Bens vinculados oferecidos para cobertura (b).....	2.598.462	2.030.545
Ativos livres ⁽¹⁾	680.049	939.332
Aplicações financeiras (nota 5a).....	3.278.511	2.969.877
Excedente (b-a).....	133.651	92.396

⁽¹⁾ Ativos livres não compõe o total de excedente

e. Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o desenvolvimento das reavaliações estimadas dos sinistros já avisados ao longo dos anos até a sua liquidação em relação à sua estimativa inicial. A tabela de estimativas de sinistros demonstra na primeira linha o valor da estimativa inicial, registrada na provisão de sinistros a liquidar, e nas linhas subsequentes os valores das reavaliações ao longo dos anos. A tabela de pagamentos de sinistros demonstra os montantes liquidados em cada momento desde o registro da estimativa inicial na Companhia. A provisão de IBNER apresentada na tabela é atuarialmente constituída para dar cobertura ao desenvolvimento dos sinistros.

	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Provisão de sinistros a liquidar.....	1.295.222	1.191.157
(-) IBNER.....	(353.982)	(332.814)
Provisão de sinistros a liquidar.....	941.240	858.343
(+) Estimativa de salvados e ressarcidos.....	77.482	77.482
(-) Correção monetária e juros.....	(116.098)	(132.607)
(-) Outras estimativas.....	(357.716)	(334.869)
Provisão de sinistros a liquidar <i>Large Losses</i> ⁽¹⁾	(40.847)	(22.156)
Provisão de sinistros a liquidar de anos anteriores a 2019.....	14.777	40.772
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros.....	518.838	486.965

⁽¹⁾ São considerados sinistros *Large Losses* aqueles que possuem baixa frequência e alta severidade, além de possuírem percentual significativo de resseguro.

Sinistros avisados brutos de resseguro - administrativos

Ano de Cadastro	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano de cadastro.....	2.391.256	2.726.646	3.026.388	3.590.526	3.952.514	3.600.263	3.600.263
1 ano depois.....	2.425.516	2.783.434	3.067.249	3.612.616	3.971.571	—	3.971.571
2 anos depois.....	2.428.302	2.775.324	3.069.576	3.616.958	—	—	3.616.958
3 anos depois.....	2.430.262	2.776.020	3.071.346	—	—	—	3.071.346
4 anos depois.....	2.432.017	2.777.347	—	—	—	—	2.777.347
5 anos depois.....	2.432.532	—	—	—	—	—	2.432.532
Estimativa Acumulada na Data-Base.....	2.432.532	2.777.347	3.071.346	3.616.958	3.971.571	3.600.263	19.470.017
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais.....	41.276	50.701	44.958	26.432	19.057	—	—
Pagamentos Acumulados na Data-Base.....	(2.432.658)	(2.794.466)	(3.101.917)	(3.785.731)	(3.957.518)	(3.048.656)	(19.120.946)
Passivo Representado no Quadro.....	(126)	(17.119)	(30.571)	(168.773)	14.053	551.607	349.071

Sinistros avisados brutos de resseguro - judiciais

Ano de Cadastro	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano de cadastro.....	31.610	31.238	39.250	48.995	56.423	57.225	57.225
1 ano depois.....	51.975	62.103	84.371	100.076	100.201	—	100.201
2 anos depois.....	61.363	80.156	107.212	118.831	—	—	118.831
3 anos depois.....	71.587	94.765	119.358	—	—	—	119.358
4 anos depois.....	80.300	104.604	—	—	—	—	104.604
5 anos depois.....	84.556	—	—	—	—	—	84.556
Estimativa Acumulada na Data-Base.....	84.556	104.604	119.358	118.831	100.201	57.225	584.775
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais.....	52.946	73.366	80.108	69.836	43.778	—	—
Pagamentos Acumulados na Data-Base.....	(80.813)	(97.279)	(93.766)	(80.598)	(46.946)	(15.606)	(415.008)
Passivo Representado no Quadro.....	3.743	7.325	25.592	38.233	53.255	41.619	169.767

Sinistros avisados líquidos de resseguro - administrativos

Ano de Cadastro	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano de cadastro.....	2.335.481	2.691.038	3.002.516	3.559.103	3.818.512	3.520.204	3.520.204
1 ano depois.....	2.373.234	2.747.976	3.045.273	3.575.093	3.837.787	—	3.837.787
2 anos depois.....	2.378.480	2.750.882	3.050.177	3.579.414	—	—	3.579.414
3 anos depois.....	2.380.526	2.751.284	3.051.928	—	—	—	3.051.928
4 anos depois.....	2.381.430	2.752.455	—	—	—	—	2.752.455
5 anos depois.....	2.381.899	—	—	—	—	—	2.381.899
Estimativa Acumulada na Data-Base ...	2.381.899	2.752.455	3.051.928	3.579.414	3.837.787	3.520.204	19.123.687
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais.....	46.418	61.417	49.412	20.311	19.275	—	—
Pagamentos Acumulados na Data-Base.....	(2.382.176)	(2.759.810)	(3.082.170)	(3.743.469)	(3.824.205)	(2.991.566)	(18.783.396)
Passivo Representado no Quadro.....	(277)	(7.355)	(30.242)	(164.055)	13.582	528.638	340.291

Sinistros avisados líquidos de resseguro - judiciais

Ano de Cadastro	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano de cadastro.....	31.332	31.027	38.800	48.674	54.355	56.108	56.108
1 ano depois.....	51.284	60.739	83.161	97.007	96.283	—	96.283
2 anos depois.....	60.139	76.507	101.896	115.393	—	—	115.393
3 anos depois.....	67.021	85.496	113.554	—	—	—	113.554
4 anos depois.....	67.183	92.588	—	—	—	—	92.588
5 anos depois.....	69.984	—	—	—	—	—	69.984
Estimativa Acumulada na Data-Base.....	69.984	92.588	113.554	115.393	96.283	56.108	543.910
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais.....	38.652	61.561	74.754	66.719	41.928	—	—
Pagamentos Acumulados na Data-Base.....	(76.444)	(89.522)	(90.986)	(79.022)	(46.078)	(15.184)	(397.236)
Passivo Representado no Quadro.....	(6.460)	3.066	22.568	36.371	50.205	40.924	146.674

18. PROVISÕES JUDICIAIS

A Seguradora é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista, cível e sinistros judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião do departamento jurídico da Seguradora e de seus consultores legais externos. **a. Fiscais:** (a) Ação judicial em Mandado de Segurança referente à incidência de INSS sobre verbas indenizatórias: R\$ 4.598 (R\$ 4.289 em 2024); (b) Auto de infração em razão da amortização de ativo período dos exercícios de 2006 a 2008 (vide nota 3.7.1): R\$ 53.547 (R\$ 70.272 em 2024); (c) Compensações não homologadas, e depósito judicial de ISS supostamente devido de serviços prestados em Palmas: R\$ 3.033 (R\$ 3.481 em 2024); (d) A companhia contesta a cobrança de ISS, na esfera Judicial, o autor é a prefeitura de São José dos Campos: R\$ 93; (e) A companhia contesta a cobrança de IRPJ e CSLL na esfera Administrativa, um processo, o autor é a Receita Federal do Brasil: R\$ 8.871 (R\$ 8.367 em 2024); (f) A companhia contesta a cobrança de IRPJ 2016 (Glosa PAT), na esfera Judicial, um processo, o autor é a União Federal: R\$ 1.024; (g) Processo judicial, a Fazenda do Estado de SP questiona a cobrança de IPVA, valor depositado: R\$ 2.056; (h) A companhia contesta a cobrança de Multa de Trânsito, na esfera Judicial, o autor é a DNIT, R\$ 63; (i) A companhia contesta a cobrança de PIS/COFINS sobre notas fiscais não escrituradas no SPED, na esfera administrativa, autor a Receita Federal, R\$ 11.

	31/12/2025			31/12/2024		
Probabilidade de perda	Quantidade de processos	Valor pleiteado	Valor provisionado	Quantidade de processos	Valor pleiteado	Valor provisionado
Provável	1	4.771	4.771	1	6.035	6.035
Possível.....	8	68.524	—	6	152.106	—
Total	9	73.295	4.771	7	158.141	6.035

Depósitos judiciais.....	Valor depositado	Valor depositado
	3.973	3.481

b. Trabalhistas: Referem-se a processos de natureza trabalhista que se encontram em diversas fases de tramitação. O critério para a classificação da probabilidade, provável, possível e remoto é com base na avaliação de nossos assessores jurídicos. Foi constituída provisão para fazer frente aos processos com probabilidade provável de perda, conforme descrito a seguir:

	31/12/2025			31/12/2024		
<u>Probabilidade de perda</u>	Quantidade de processos	Valor pleiteado	Valor provisionado	Quantidade de processos	Valor pleiteado	Valor provisionado
Provável	36	8.616	13.517	38	9.156	13.442
Possível.....	3	425	—	2	401	—
Total	39	9.041	13.517	40	9.557	13.442

Depósitos judiciais.....	Valor depositado	Valor depositado
	3.570	3.319

c. Cíveis: Referem-se a processos movidos por segurados ou terceiros reivindicando o pagamento de sinistros sem cobertura nas respectivas apólices ou por outros motivos não relacionados a sinistros. O critério para a classificação da probabilidade, provável, possível e remoto é com base na avaliação de nossos assessores jurídicos. Foi constituída provisão para fazer frente aos processos com probabilidade provável de perda, conforme descrito a seguir:

	31/12/2025			31/12/2024		
Probabilidade de perda	Quantidade de processos	Valor pleiteado	Valor provisionado	Quantidade de processos	Valor pleiteado	Valor provisionado
Provável	145	5.165	3.168	69	1.295	1.769
Possível	1.481	47.604	5	1.667	22.720	—
Total	1.626	52.769	3.173	1.736	24.015	1.769

Depósitos judiciais.....	Valor depositado	Valor depositado
	1.739	536

d. Provisão de sinistro judicial

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade	Valor	Valor	Quantidade	Valor	Valor
Probabilidade de perda	de processos	pleiteado	provisionado	de processos	pleiteado	provisionado
Provável	585	138.064	106.843	420	114.076	46.726
Possível	5.657	1.236.127	242.823	3.925	748.592	150.534
Remota	1.360	353.932	56.636	1.031	190.164	27.796
Total	7.602	1.728.123	406.302	5.376	1.052.832	225.056
			Valor depositado			Valor depositado
Depósitos judiciais.....			11.028			5.217

Depósitos judiciais.....	Valor depositado	Valor depositado
	11.028	5.217

e. Movimentação das provisões judiciais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Sinistros judiciais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	6.035	13.442	1.769	225.056	246.302
Saldos em 31 de dezembro de 2024 de depósitos judiciais e fiscais.....	3.481	3.319	536	5.217	12.553
Constituições.....	—	7.731	29.472	395.040	432.243
Reversões.....	—	(5.568)	(23.530)	(89.082)	(118.180)
Atualização monetária.....	490	704	(1.333)	58.023	57.884
Baixas por pagamento.....	(1.746)	(2.792)	(3.205)	(182.735)	(190.478)
Saldos em 31 de dezembro de 2025.....	4.771	13.517	3.173	406.302	427.763
Saldos em 31 de dezembro de 2025 de depósitos judiciais e fiscais.....	3.973	3.570	1.739	11.028	20.310

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social no montante de R\$ 7.075.193 em 2025 (R\$ 7.434.220 em 2024) totalmente subscrito e integralizado, é representado por 420.333 ações (439.509 em 2024) ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 24 de março de 2025, a Companhia incorporou a HDI Seguros do Brasil S.A., no entanto, considerando que a Companhia já era detentora de 100% do capital social da incorporada, referida incorporação não resultou em aumento do capital social da Companhia. Ainda no primeiro semestre de 2025, foi aprovado um aumento de capital de R\$ 140.973 da Companhia mediante a emissão de 7.608 ações ordinárias, subscritas e integralizadas pela sua acionista HDI International AG por meio da conferência de ações da HDI Global S.A. à Companhia, conforme aprovada na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 01/04/2025 e homologada pela SUSEP através da Portaria DIORE/ SUSEP nº 21 de 21 de outubro de 2025. Dessa forma, a Companhia passou a deter 100% do capital social da HDI Global S.A. No segundo semestre do mesmo ano, houve a aprovação de redução de capital no montante de R\$ 500.000 da Companhia, passando para R\$7.075.193 o capital social, dividido em 420.333 ações ordinárias, subscritas e integralizadas pela sua acionista HDI International AG por meio da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 4 de setembro de 2025. A aprovação pela SUSEP ocorreu pela Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2917 de 26 de dezembro de 2025. **b. Reserva legal:** A Reserva Legal é constituída na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **c. Reserva de retenção de lucros:** Refere-se à soma das parcelas não distribuídas do resultado segundo deliberação dos acionistas de forma a manter a companhia capitalizada e atender as exigências de capital. A constituição das reservas de lucros é feita com até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição da reserva legal, efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldo de reserva de lucros no montante de R\$ 426.671 (R\$ 797.541 em 2024), sendo a reserva de retenção de lucros estatutária R\$ 260.974 (R\$ 680.369 em 2024) e reserva legal R\$ 165.697 (R\$ 117.172 em 2024). **d. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** O estatuto social da Companhia determina o pagamento aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Em seis Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) realizadas ao longo do exercício foram deliberados e aprovados os pagamentos de juros sobre o capital próprio no montante total de R\$ 459.145 sobre o resultado do exercício (R\$ 680.369 em 2024). Além disso a Companhia declarou dividendos sobre as reservas de lucros acumulados de exercícios anteriores no montante de R\$ 882.231 (AGEs), mantendo a solvência em níveis adequados.

Assembleia Geral Extraordinária	2025
AGE de 29 de janeiro de 2025.....	60.000
AGE de 24 de abril de 2025.....	200.000
AGE de 05 de agosto de 2025.....	39.500
AGE de 03 de setembro de 2025.....	39.731
AGE de 27 de novembro de 2025.....	300.000
AGE de 17 de dezembro de 2025.....	243.000

20. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

20.1 Prêmios emitidos: Os prêmios líquidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Prêmios auferidos	Prêmios cedidos em cosseguro	Prêmios emitidos líquidos ⁽¹⁾	Prêmios auferidos	Prêmios cedidos em cosseguro	Prêmios emitidos líquidos ⁽¹⁾
Automóvel	4.443.147	—	4.443.147	4.345.144	—	4.345.144
Patrimonial	846.469	83	846.386	763.948	—	763.948
Rural	112.184	—	112.184	157.616	3	157.613
Transporte	62.223	—	62.223	109.996	—	109.996
Pessoas coletivo	237.748	(6.459)	244.207	—	—	—
Demais ramos	160.208	—	160.208	184.632	—	184.632
Total	5.861.979	(6.376)	5.868.355	5.561.336	3	5.561.333

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
20.8 Resultado financeiro		
Receitas financeiras	505.413	291.980
Rendimentos títulos da dívida pública	392.985	163.192
Rendimentos títulos Privados	31.885	22.362
Rendimentos fundos de investimentos	18.736	45.185
Rendimentos com certificado de depósito bancário em moeda estrangeira	1.207	470
Receitas com variação cambial moeda estrangeira	758	2.200
Redução ao valor recuperável por perdas esperadas	7	104
Operações de seguros	59.835	58.467
Outras receitas financeiras	1	—
Despesas financeiras	(141.627)	(115.187)
Redução ao valor recuperável por perdas esperadas	(56.791)	(42)
Operações de seguros	(81.227)	(65.175)
Tarifas bancárias	(2.232)	(28.033)
Outras despesas financeiras	(1.377)	(21.937)
Total de resultado financeiro	363.786	176.793
20.9 Resultado patrimonial		

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado de equivalência patrimonial	637.018	627.260
Amortização da mais valia	(112.113)	(67.260)
Total de resultado patrimonial	524.905	558.990
20.10 Ganhos ou perdas com ativos não correntes		

	31/12/2025	31/12/2024
Baixas de intangíveis	—	(24.772)
Baixas de imobilizado	(423)	(951)
Outras perdas com ativos não correntes ⁽¹⁾	108.508	123
Total do ganhos ou perdas com ativos não correntes	108.085	(25.600)

⁽¹⁾ Os R\$ 108.508 referem-se à antecipação da liquidação do contrato de *Escrow Account*, firmado durante a aquisição da Liberty

Seguros, como garantia vinculada ao produto SFH.

20.11 Imposto de renda e contribuição social

O resultado fiscal foi apurado conforme demonstrado a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos impostos e participações	1.006.244	719.060	1.006.244	719.059
Juros sobre o capital próprio	(459.145)	(350.949)	(459.145)	(350.949)
Participações sobre o lucro	(43.101)	(65.656)	(43.101)	(65.656)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	503.998	302.455	503.998	302.454
Adições e exclusões temporárias	50.142	114.549	50.142	114.549
Adições e exclusões permanentes	(552.606)	(611.018)	(559.688)	(613.644)
Resultado fiscal antes da compensação de prejuízos	1.534	(194.014)	(5.548)	(196.641)
Compensação de prejuízos	(460)	—	—	—
Resultado fiscal do exercício	1.074	(194.014)	(5.548)	(196.641)
Tributos calculados pelas alíquotas nominais (nota 3.12)	(269)	48.503	832	29.497
Tributos diferidos sobre adições e exclusões temporárias	12.535	28.637	7.521	17.182
DTA/DTL sobre IR/CS sobre mais valia combinação de negócio	51.088	14.885	30.653	8.931
DTA IRPJ/CSLL Ágio Incorporação YLM Holding Brasil Ltda	(59.320)	(14.830)	(35.592)	(8.898)
Credito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa	(115)	—	—	—
Ajustes anos anteriores	22	(45)	8	(28)
Encargos sobre o lucro do exercício ⁽¹⁾	3.941	77.150	3.422	46.684

⁽¹⁾ A alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é de -11,05% (-17,22% em 2024).

21. PARTES RELACIONADAS

a. Transações com partes relacionadas: As transações com empresas que estão sob o controle societário do Grupo Talanx, são realizadas em condições comutativas a preços, prazos e taxas normais de mercado sendo efetuadas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As transações estão demonstradas a seguir:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA		
Wilm Langenbach - Presidente João Francisco S. Borges da Costa - Vice-Presidente Nicolas Masjuan Maximiliano Javier Casas Sanchez Fabiana Valério Arana	Eduardo Stefanello Dai Ri - CEO Reinaldo Amorim Lopes - CFO Rafael de Gouveia Ramalho - Vice-Presidente Técnico de Automóvel Igor Di Beo - Vice-Presidente Técnico Demais Ramos Karen Ferraz de Aguiar Schiavon - Vice-Presidente de Controles Internos Marcos Machini - Vice-Presidente Comercial André Steiner Truzzi - Vice-Presidente de Transformação	Rogério do Nascimento Contador CRC 1SP259014/O-4	Mirela Barboza Pontes Atuária Responsável Técnico MIBA 1916
			Jose Octavio Vianello de Mello Nicolas Masjuan Maximiliano Javier Casas Sanchez

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Ao Conselho de Administração da HDI Seguros S.A. e Empresas Controladas
1. Responsabilidades
O Comitê de Auditoria e Riscos (Comitê) da HDI Seguros S.A. foi constituído e funciona de acordo com as normas emanadas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especificamente a Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, bem como nos termos da Resolução CNSP nº 416/2021, vinculado diretamente ao Conselho de Administração.
Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração das empresas atuando de forma permanente e independente, com a finalidade de: (i) assessorar-ló principalmente na avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia e Empresas Controladas; (ii) avaliar a efetividade e suficiência do sistema de controles internos e da gestão de riscos, e (iii) avaliar a efetividade das auditorias contábil e atuarial independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos e políticas internas.
O Comitê é formado, atualmente, por três membros: Jose Octavio Vianello de Mello (Coordenador do Comitê), Nicolas Masjuan (Membro) e Maximiliano Casas (Membro).
É responsabilidade da Administração da empresa a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, bem como do sistema de controle e gerenciamento de riscos.
A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração, inclui, a verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativos definidos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações financeiras.
Os auditores independentes são responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas e pela auditoria atuarial, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), como também a qualidade e adequação do sistema de controles internos para fins das demonstrações financeiras.
As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração das empresas, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e avaliações efetuadas pelo Comitê.
2. Atividades do Comitê Durante o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025
O Comitê desenvolveu as atividades no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, através de 41 reuniões realizadas ao longo do exercício e compreenderam, resumidamente, (i) reuniões com os principais executivos da Companhia para acompanhamento dos resultados e de suas atividades no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, mais especificamente com os responsáveis pelas áreas contábil, controladoria, impostos, auditoria interna, atuarial, jurídico contencioso, gerenciamento de riscos, compliance, controles internos, tecnologia da informação, privacidade e ouvidoria; (ii) revisão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

e correspondentes notas explicativas; (iii) reuniões com os auditores independentes para avaliação de seu plano de trabalho para a auditoria das demonstrações financeiras e da auditoria atuarial, acompanhamento dos seus trabalhos e correspondentes resultados e relatórios emitidos; e (iv) reuniões com o Conselho de Administração e Diretoria para avaliação dos resultados e apresentação das atividades e trabalhos do próprio Comitê.
Em complemento às atividades descritas anteriormente, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê também efetuou leitura das atas dos comitês constituídos no exercício, dentre eles, Comitê Executivo, Comitê Financeiro e Operacional, Comitê de Governança e Privacidade, Comitê de Tecnologia e Segurança da informação, além de estar envolvido junto às áreas responsáveis pelo acompanhamento dos procedimentos requeridos pela Lei Geral de Proteção de Dados, Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, resultados da avaliação da aplicação de procedimentos de prevenção de fraudes e apuração de reflexos nas demonstrações financeiras. As definições do Appetite a Riscos foram revisadas pelo Comitê, com acompanhamento dos enquadramentos durante o exercício. A HDI Seguros e empresas controladas encontram-se dentro dos limites de appetite a riscos em 31 de dezembro de 2025.
Os resultados dos trabalhos foram reportados ao Conselho de Administração nas reuniões realizadas ao longo do exercício. Não foram identificados fatos relevantes ou deficiências significativas a serem reportadas ao Conselho de Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3. Conclusões/Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da HDI Seguros e de suas empresas Controladas, incluídas as notas explicativas, foram examinadas pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (“PWC”), culminando com a emissão de relatório em 26 de fevereiro de 2026 sem ressalvas. Essas demonstrações financeiras, encerradas em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas em atendimento às normas legais e regulamentares de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
Considerando os resultados das atividades desenvolvidas, incluindo a revisão das demonstrações financeiras e as correspondentes notas explicativas, bem como o resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores independentes referentes ao exame das demonstrações financeiras e Atuariais em 31 de dezembro de 2025 da HDI Seguros S.A., como também de suas controladas, bem como a auditoria interna desempenhou suas funções com independência, objetividade e qualidade.
O Comitê de Auditoria entende que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das suas operações, a aderência com os normativos internos, legais e regulatórios, e recomenda ao Conselho de Administração à aprovação para divulgação das demonstrações financeiras e Atuariais da HDI Seguros S.A. e de suas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

Jose Octavio Vianello de Mello Coordenador	Maximiliano Casas	Nicolas Masjuan
--	--------------------------	------------------------

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da HDI Seguros S.A.
São Paulo - SP
CNPJ: 29.980.158/0001-57
Examinamos as proviões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das proviões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da HDI Seguros S.A. (“Sociedade”), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das proviões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das proviões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as proviões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das proviões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da HDI Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que

os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

EY Shape the future with confidence	ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57 CNPJ 03.801.998/0001-11	Anderson Gomes Ferreira da Silva Atuário - MIBA 2.043
--	--	---

Endereço: Av.: Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP

Corporate Tower Torre Norte andar 6 conj 61,

Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo

Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2025

	Em Milhares de R\$
Proviões Técnicas	
Provisão de Prêmios Não Ganhos	3.119.629
Provisão de Sinistros a Liquidar	1.295.222
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	253.385
Provisão de Despesas Relacionadas	145.826
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar	5.433
Total de Proviões Técnicas	4.819.495
Valores Redutores da Cobertura Financeira das Proviões Técnicas	Em Milhares de R\$
Direitos Creditórios	1.887.818
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	345.326
Ativos de Resseguro Redutores de PSL	101.689
Ativos de Resseguro Redutores de IBNR	9.275
Ativos de Resseguro Redutores de PDR	8.461
Ativos de Resseguro Redutores - Prev./Dotais/VI/VGBL/PGBL	2.114
Total de Valores Redutores de Proviões Técnicas	2.354.684
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	Em Milhares de R\$
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	1.846.558
Capital-Base (b)	15.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	950.609
Capital de Risco - Crédito (d)	139.896
Capital de Risco - Operacional (e)	37.612
Capital de Risco de Mercado (f)	55.925
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(102.478)
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	1.081.564
Capital Mínimo Requerido (I) = Maior entre (b) e (h)	1.081.564
Suficiência do PLA (a) - (I)	764.994

continua ★

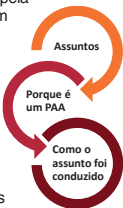


Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

→★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI SEGUROS S.A.

Aos Administradores e Acionistas **HDI Seguros S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da HDI Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações **financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.**



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das Provisões Técnicas (Notas 3.8, 3.9 e 17) A Seguradora possui passivos relacionados a contratos de seguros denominados Provisões Técnicas, dentre elas destacamos a Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG), Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR), Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e Ajuste para Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR), bem como efetua testes para avaliar a suficiência das mesmas, por meio do Teste de Adequação de Passivos (TAP). O processo de determinação e mensuração das provisões técnicas requer julgamentos e envolvimento de atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas quanto ao desenvolvimento dos prêmios emitidos, sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto. Devido à relevância das provisões técnicas oriundas dos contratos de seguros e o impacto que eventuais mudanças nas premissas destas provisões poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria.	Em conjunto com nossos especialistas da área atuarial, efetuamos, entre outros procedimentos, a avaliação da razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas pela administração na mensuração das provisões técnicas e do Teste de Adequação de Passivos (TAP), tais como a seleção de fatores de desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto, e comparamos, quando aplicável, com as premissas utilizadas pelo mercado e/ou com os dados históricos da Seguradora. Nossos procedimentos incluíram também a confirmação de que as metodologias foram implementadas substancialmente, de acordo com as notas técnicas atuariais vigentes, pela Seguradora para as provisões de PPNG, IBNR, PSL e IBNeR. Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos teste, em base amostral, da acuracidade das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.
Valor recuperável do ágio decorrente de combinação de negócios (Notas 3.7.1, 11 e 13) A Seguradora possui ágio oriundo de combinação de negócios, referente a aquisição de controladas, incorporadas neste ano ou em anos anteriores. A administração elabora anualmente, para a data-base de 31 de dezembro, teste para avaliar a necessidade ou não de redução do ágio ao seu valor recuperável ou em períodos menores se houver indicação de <i>impairment</i>. O valor recuperável do ágio é determinado com base no valor em uso, o qual é calculado considerando a projeção de resultados futuros para um período de 10 anos mais taxa de perpetuidade, bem como taxa de desconto a qual foi apurada por meio de modelo de precificação de ativos de capital. Consideramos essa área como sendo uma área de foco de nossa auditoria, devido a relevância do valor do ágio no contexto das demonstrações financeiras e pelo fato de que diferentes premissas utilizadas pela administração na projeção de resultados futuros, escolha de metodologia para a avaliação e estimativas utilizadas para determinação do valor presente dos fluxos de caixa podem alterar significativamente a avaliação do valor recuperável do ágio.	Realizamos atualização do nosso entendimento do teste do valor recuperável do ágio realizado pela administração anualmente. Efetuamos, entre outros procedimentos, a análise da metodologia utilizada para a determinação do valor recuperável do ágio, o entendimento e análise da razoabilidade das premissas mais relevantes adotadas pela administração no teste anual do valor recuperável do ágio oriundo de combinação de negócio, bem como a coerência geral lógica e aritmética dos cálculos das projeções realizados pela administração. Realizamos reuniões com a administração para obtermos entendimento sobre o processo de elaboração das projeções, bem como realizamos testes quanto a consistência da expectativa de resultados projetados em comparação aos resultados realizados em períodos anteriores, bem como em relação a análise e conclusão quanto a ausência de indicativo de <i>impairment</i> para o exercício atual. Analisamos a razoabilidade dos critérios e das principais premissas que embasaram a construção dos cálculos do teste anual do valor recuperável do ágio e análise de indicativo de <i>impairment</i> . Consideramos que os critérios e premissas mais relevantes adotados pela administração para análise do valor recuperável do ágio são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devermos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>